

ENTRAVES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS

Aurea Gardeni Sousa da Silva;
Cleonice Peotoni

RESUMO: Neste trabalho, propõe-se uma reflexão acerca da permanência na crença no mito da democracia racial entre professores da Educação Básica em contextos de formação continuada, entre eles, o projeto “Sala do Educador”, da Secretária de Estado de Educação – SEDUC/MT e cursos relacionados à temática “Relações Raciais”. Os sujeitos da pesquisa são professores da rede estadual de ensino Mato Grosso, sendo que um grupo foi observado na cidade de Cuiabá e o outro em Guarantã do Norte. Verificou-se que muitos professores ignoravam um amplo conjunto de conhecimentos acerca das questões raciais no Brasil, produzidos no âmbito das pesquisas na área, bem como suas falas evidenciam uma forte crença no mito da Democracia Racial. Além de repetidamente expressarem a crença na auto-discriminação do negro.

Palavras chaves: Auto-discriminação, Estigmatização; Discriminação racial.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a permanência do Mito da Democracia racial entre professores da Educação Básica em contextos de formação continuada como o projeto “Sala do Educador” da Secretária de Estado de Educação – SEDUC/MT e cursos relacionados à temática “Relações Raciais”. Dado este contexto, teremos como principais aportes teóricos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro brasileira e as contribuições de Norbert Elias e John L. Scotson “Os estabelecidos e os outsiders”. As situações sobre as quais se dão as reflexões foram registradas através da observação participante. Os sujeitos da pesquisa são professores rede estadual do estado de Mato Grosso sendo um grupo observado na cidade de Cuiabá e o outro no município de Guarantã do Norte.

As DCN’s para Educação das Relações Étnico-Raciais , impõe-se como um dos seus objetivos, a desconstrução do Mito da Democracia Racial, bem como o descreve em uma de suas manifestações:

“desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.” (MEC. 2004, p.12)

O mito da democracia racial não é apenas uma forma de culpabilizar a população negra pelos problemas que a acomete, mas é a ideia de que, no Brasil, os danos sofridos pelos negros durante a escravidão não teriam sido tão intensos quanto em outros países, como nos Estados Unidos. Ou seja, segundo essa crença, a população negra é responsável pelas dificuldades de acesso que enfrenta para acender a patamares sociais elevados.

Como crença “ O mito da democracia racial” é quase impermeável, uma vez que se atualiza constantemente, para Elias e Scotson (2000). As crenças coletivas são frequentemente impermeáveis a qualquer dado que as contradiga ou a argumentos que revelem sua falsidade, pelo simples fato de serem compartilhadas por muitas pessoas que mantêm um contato estreito. (ELIAS, SCOTSON, 2000)

Seu caráter coletivo faz com que elas se afigurem verdadeiras. Essa impressão de verdade ocorre particularmente, com indivíduos que tiveram convívio, desde a primeira infância, com um grupo estreitamente unido e que difunde a crença como verdade, e mais ainda quando gerações anteriores foram educadas nessas crenças. Nesse caso, o sentimento de que a crença é verdadeira pode tornar-se quase inerradicável e persistir com grande intensidade, mesmo que, num nível racional, os indivíduos cheguem conclusão de que ela é falsa e venham rejeitá-la. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 128)

Na sociedade brasileira o mito da democracia racial se atualiza constantemente permanecendo no imaginário e passando a constituir o rol das crenças que constituem um indivíduo, através dos discursos na educação, nos meios de comunicação, programas televisivos, literatura, cultura.

Metodologia

Para a realização da presente pesquisa optamos pela abordagem qualitativa que responde a questões muito particulares e sua utilização foi relevante para a análise de dados, visto que ela se preocupa em trabalhar com o “universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”. MINAYO (2001, p. 10).

Trivinos (1987), afirma que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem a dupla liberdade teórica metodológica para realizar seu estudo. Ainda para o objetivo da pesquisa foi necessário a abordagem através da pesquisa bibliográfica. De acordo com Gonçalves (2012, p. 9) a pesquisa bibliográfica “discute um tema ou

problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, artigos e periódicos e a pesquisa de campo proporciona o contato direto com o fenômeno de estudo”.

Para o registro do discurso dos professores sobre o negro e sua relação consigo mesmo, foi necessário estar presente nos contextos de formação. A observação foi feita tanto na condição de professora da educação básica como formadora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do estado de Mato Grosso – CEFAPRO. Assim o registro sobre o entendimento dos professores em relação ao reconhecimento do negro como tal se deu através da observação participante. De acordo com Valladares, (2007):

A observação participante, implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para "negociar" sua entrada na área. Uma fase exploratória é, assim, essencial para o desenrolar ulterior da pesquisa. O tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos: para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa e para o melhor desenvolver-se a abordagem qualitativa seguida pela observação participante, a pesquisa bibliográfica foram entendido como os melhores métodos para chegar aos objetivos propostos.

A construção da significação da palavra “NEGRO”.

Compreende-se que as imagens evocadas por uma palavra, são constituídas por diferentes discursos, decorrentes de diferentes esferas sociais (Santos et al, 2013, p.1). A designação negro pode inclusive, ser entendida como sinônimo de escravo, ou aquele que foi escravo, tal como no dicionário *on-line Michaelis: ne.gro. adj.1 Indivíduo da raça negra. 2 Escravo. 3 Homem que trabalha muito.[...]*. Na definição dicionarizada, destacam-se diferentes acepções em sua maioria negativa. Porém, negro mais que um adjetivo, uma cor, é a pessoa de pele negra, tal designação carrega uma construção histórica, social e ideológica do que é ser negro.

Negro era a forma escolhida pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Apesar da ressignificação dada pelo Movimento Negro, que lhe deu um sentido político e positivo. (MEC, 2004, p. 15-16).

Segundo Skidmore (2012), no contexto social e cultural do século XIX: “ O negro em geral figurava na literatura romântica como “o escravo sofredor” ou a “bela mulata”. O homem negro livre, que existia em todos os níveis da sociedade brasileira, era ostensivamente ignorado pelos escritores românticos.” (SKIDMORE, 2012, p.42).

Para Guimarães (2004) “o termo “negro”, com que se designa no Brasil uma “raça”, ou um grupo de cor, tem a sua própria história. “Negro”, no final do século XIX, era um termo muito pejorativo, aplicado a homens e mulheres escravizados, geralmente rebeldes e insubmissos. As pessoas livres de ascendência africana eram referidas e se autorreferiam como “pretos”, “pardos” ou “homens de cor”. Apenas a partir de meados dos anos 1920 uma elite desses homens passaram a se designar como “negros”, unificando as diversas denominações de cor sob esse termo. O autor ainda, afirma que passam a se designar “negras” e a designarem outros, as pessoas de ascendência africana que participaram de mobilizações políticas. Assim, o termo passa por uma construção política diferenciando-se da terminologia censitária e do senso comum. (GUIMARÃES, 2004, p. 3). Passa a ser determinante para o significado e os sentidos atribuído a palavra bem como as imagens que evoca, a significação dada em contextos históricos e sociais, Santos (*et...al*, 2013) faz-nos entender a palavra como um produto da ideologia. Sendo, a ideologia, contornada pelas especificidades do lugar sócio-histórico, as quais se interrelacionam às ideologias, que, por sua vez, sobrevivem apenas nas interações sociais mediadas simbolicamente.

Na visão de Bakhtin e Medvedev, a palavra é tomada como um signo ideológico, permitindo que compreendamos determinadas visões de mundo, instituídas no nosso cotidiano (Santos *et...al*, 2013). A palavra tem destaque central na configuração do mundo social em um domínio semiótico valorativo, bem como é o meio pelo qual os sentidos serão difundidos pelo homem para acompanhar qualquer signo ideológico. Para Santos, Ferreira, Lemes e Barros, 2013, a palavra, meio pelo qual os indivíduos podem dialogar entre si, carrega diversos conteúdos ideológicos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro Brasileiro.

O texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana, nos tópicos Questões Introdutórias e Políticas de Reparações, de Reconhecimento e

Valorização de Ações Afirmativas, Educação das Relações Étnico raciais abordam reiteradamente a necessidade de reconhecimento, valorização, intervenção estatal e social, participação escolar.

O texto afirma tratar-se de, “política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas procedentes da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.” (p.10), propondo se:

A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (BRASIL,MEC, 2004, p.10).

O documento continua, enfatizando Políticas de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas colocando ao Estado e à sociedade a necessidade de tomada de medidas para:

ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição.(BRASIL,MEC, 2004, p.11)

Ações para o reconhecimento que buscam implicar justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. A ênfase a necessidade de mudanças nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras admitem uma lógica social composta por tudo o que as diretrizes indicam necessitados de reconhecimento que oprimem este grupo social, as humilhações a que os negros estão sujeitos na sociedade brasileira.

“Mas eles mesmos se discriminam”

Comumente, a introdução ao debate sobre racismo, preconceito e discriminação contra a população negra, em espaços ainda não iniciados na temática, é acompanhada da máxima de senso comum que afirma: “os próprios negros se discriminam, não se reconhecem como negros, não se aceitam,” ou “o negro tem preconceito contra o

próprio negro, se vitimizam”. Destaca-se a frequência com que se repete esse discurso entre professores que julgam, estruturam e reestruturam seu conhecimento com seus pares nos cursos de formação de professores, uma vez que são incumbidos de desconstruírem discursos e ações que, explícita ou implicitamente, expressam preconceito, racismo e discriminação racial. Tais “falas” postulam como verdade a prática da auto-discriminação negra. Tal contexto instiga-nos a perguntar, como então esses professores efetuarão esse novo projeto de nação? Como poderão ofertar uma educação para a educação das relações étnico raciais?

As afirmações “de que os negros se discriminam entre si como: “é, mas os próprios negros se discriminam os negros não assumem sua identidade e que são racistas também”. É reconhecida como uma crença a ser desconstruída no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afras brasileiras. Discursos como estes são enfaticamente reproduzidos, inclusive em situações de formação de professores, quando relativiza-se o problema, relegando à população negra, dor, raiva, tristeza, sentimentos de impotência, culpa e conseqüentemente agressividade.(HASENBALG, 1979)

A eleição desse documento para discussão se dá pela descrição que faz de uma crença social; por entendê-lo como uma síntese das vivências, mobilizações reivindicatórias, pesquisas acadêmicas, dados e estatísticas sobre relações raciais no Brasil e uma referência de verdade; por ser de domínio público e de fácil acesso. Também porque o texto traz apontamentos dos problemas dos quais os negros são vítima ao mesmo tempo em que evidencia a importância dessa parcela da população para a configuração do que é o Brasil.

“Os estabelecidos e os outsiders” apresenta uma teoria para a observação cuidadosa, analítica e reflexiva do que é entendido como um tema universal, a constante humana em criar uma imagem elevada do próprio grupo em detrimento da imagem do outro. Trata de um estudo feito numa comunidade industrial na Inglaterra na década de 60.

Segundo os indicadores sociológicos correntes (como renda, educação ou tipo de ocupação) a comunidade pesquisada era relativamente homogênea. Porém havia uma clara divisão em seu interior: O grupo estabelecido cerrava fileiras contra os “recém chegados”, entendidos como os outsiders; eles os estigmatizavam como pessoas de menor valor humano. Consideravam que lhes faltava a virtude humana superior – o

carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.19)

No contexto social brasileiro os outsiders podem ser entendidos como toda a população de ascendência negra. Tal como a comunidade pesquisada que superficialmente poderia ser entendida como relativamente homogênea, no que diz respeito às questões raciais, a sociedade brasileira é vista pelo senso comum como livre de divisões, segregação e racismo. Porém, como em toda sociedade, sempre houve no Brasil uma pequena elite composta por um reduzido grupo dominante a quem podemos identificar como os estabelecidos. Não é possível afirmar que essa elite brasileira era majoritariamente branca, mas é possível assumir que os não negros sempre gozaram de maior prestígio e estiveram em posição de mais vantagem.

De acordo com Elias e Scotson (2000) em grupos interdependentes, os membros dos grupos mais poderosos pensam a si mesmos (se auto-representam) como humanamente superiores. Segundo os autores, essa é uma autoimagem normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são superiores a outros grupos interdependentes. Tal atribuição se aplica inclusive aos quadros sociais que trata da relação entre “negros e brancos”. Os grupos mais poderosos, se vêem como pessoas “melhores”, dotadas de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Assim, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p.20)

Na relação estabelecida entre os grupos da comunidade pesquisada os autores destacam que: bastava falar com as pessoas de lá para deparar com o fato de que os moradores de uma área, na qual viviam as “famílias antigas”, consideravam-se humanamente superiores aos residentes da parte vizinha da comunidades, de formação mais recente. Recusavam-se a manter qualquer contato social com eles, exceto o exigido por suas atividades profissionais; juntavam esse padrão comportamental sistematicamente mantido sobre o argumento de que seus vizinhos eram pessoas de uma espécie inferior. Em suma, tratavam todos os recém-chegados como “os de fora”. Porém, o que é mais relevante para o contexto a ser analisado é o fato de que esses próprios recém-chegados, depois de algum tempo, pareciam aceitar, com uma espécie de resignação e perplexidade, a ideia de pertencerem a um grupo de menor virtude e respeitabilidade,[...].(ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 20)

Elias e Scotson (2000) destacam não só a relação Estabelecidos e outsiders como uma constante na conjunção de grupos humanos, bem como a maneira como um grupo passa a se autovalorizar depreciando o outro, ao ponto de fazer com que as próprias pessoas pareçam concordar com a depreciação acerca de si veiculada.

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsideers: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praisegossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blamegossip*] contra os suspeitos de transgressão. (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 20)

Na relação estabelecidos e outsiders, verificada por Elias e Scotson, os outsiders estavam sujeitos à estigmatização, marginalização, exclusão, depreciação e rejeição. O grupo estabelecido possuía uma estrita forma de coerção social para assegurar que seus membros permanecessem evitando os membros do outro grupo, bem como mantinham formas de perpetuação do estigma atribuído aos outsiders. Contudo o aspecto, mas relevante deste contexto encontra-se no posicionamento assumido pelos outsiders após algum tempo expostos a depreciação, incorporando a na auto-imagem que carregavam de si.

O conteúdo de uma das ideologias importadas da Europa reproduzidas e disseminadas na sociedade brasileira pelo grupo dominante estabelecido no século XIX divulgava a idéia e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior e, por isso, teriam o direito de comandar e de dizer o que é bom para todos. No mesmo período, no pós abolição foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população pela eliminação simbólica e material da presença dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras, sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. (MEC, 2004, p. 16)

À medida que podemos entender como possível haver entre as pessoas negras um grupo que devido aos grandes sofrimentos psicológicos que já foram submetidas socialmente se recusam a serem identificadas como negras, mas tal situação não se aplica a todo o grupo humano negro. Tal como o exposto por Elias e Scotson (2000), uma pessoa pertencente a um grupo exposto a constante difamação tende a aceitar a estigmatização da qual o seu grupo é vítima como verdadeira. Pode se entender daí a possível rejeição que o sujeito pode apresentar diante da possibilidade de ser

identificado com negro, há também uma reafirmação da crença deturpada da inferioridade humana do grupo, uma vez que o indivíduo não quer ser identificado como tal. Mas, contrário a afirmação da auto-discriminação, a pessoa não se discrimina, apenas reproduz a discriminação, estigmatização, rejeição, marginalização do qual seu grupo é vítima.

A afirmação sobre a não aceitação da pessoa negra sobre sua cor ou origem ou a sua rejeição a outra pessoa negra traz duplas acusações. E uma delas é a de não se orgulharem e a outra os responsabiliza pela rejeição do qual são vítimas, perpetuando a acusação da falta de orgulho por ser negro. De modo geral tais falas evidenciam um modo equivocado ou no mínimo reduzido de pensar a relação que cada um tem consigo e o grau de satisfação com sua imagem. Ignoram o fato, que a relação que cada sujeito tem com sua autoimagem são determinadas em grande parte senão totalmente pelo modo segundo o qual essa imagem é avaliada em sua sociedade em seus espaços de interação. Veem essa relação como emergindo do interior de cada pessoa e não do seu exterior. Elias e Scotson definem como determinante para a autoimagem do sujeito, o grau de valorização ou desvalorização que o grupo do qual faz parte possui no meio em que vive.

Nas situações de interações e comunicação humana, as ideologias circulam através de palavras, influenciando o que cada sujeito é para si mesmo.

Por estarem envolvidas no processo de constituição dos signos, as ideologias também participam do processo de constituição da subjetividade do sujeito, uma vez que todo ser humano se constitui enquanto tal a partir das apropriações e reconversões das relações sociais que estabelece com outros através da interação verbal em alguma esfera ideológica. (SANTOS et al., 2013, p.).

Fanon (1980), nos chama a atenção para “a incapacidade de sentir, de ver, de cheirar os problemas dos outros, categorizados subjetivamente como não humanos”. A nossa subjetividade segundo ele é apenas a soma de nossas experiências vividas, restringidas pelas concretas condições materiais de nossa existência, aí incluída nossa posição social. Que por sua vez perpetua a fantasia pensar-se num paralelo entre as distâncias objetivas de classes e as de raça. De acordo com as Dcn’s para a educação das relações étnico raciais (Mec, 2004, p. 10-11): as políticas de ação afirmativa para a população negra têm, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de

conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A abordagem da dimensão explicitamente subjetiva, perpetuada pelos professores nos curso de formação de professores no Projeto Sala de Educador da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT enfoca o processo de naturalização do preconceito e do estereótipo em nossa subjetividade, que torna a todos voluntária ou involuntariamente cúmplices de sua perpetuação.

O problema focalizado como legados que negros se discriminam enraíça o imaginário social marcado pelo racismo nas relações sociais, provocando tensões entre negros e brancos, marcadas ao longo dos tempos. A permanência desses *habitus* entre os professores dificultam a receptividade a processos de formação que contradizem essa crença da auto – discriminação, bem como a permanência do mito democracia racial opera atrasos na percepção dos professores em situações de racismo entre alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC, 2004.

ELIAS, Norbert. **Estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Rio de Janeiro, Fator, 1980.
Guimaraes 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Manoel Querino e a formação do “pensamento negro” no Brasil, entre 1890 e 1920. 2004

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades sociais no Brasil. Riode Janeiro, Graal, 1979.□

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=negro>). Acesso em 30/06/2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira.

SANTO, Shirlei Neves. FERREIRA, Jefferson. LEMES, Lezinete Regina. BARRO, Cláudia Graziano Paes de. A palavra ideológica: Discurso social para os objetos de ensino de língua portuguesa. Revista Polifonia. 27. Ed. UFMT, 2013.

SKIDMORE, Thomas, Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro, Rio de Janeiro: Paz Terra, 2012.

TRIVINOS, Augusto, N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo: Atlas, 1987.

VALADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. Revista Brasileira de Ciências Sociais Rev. bras. Ci. Soc. vol.22 no.63 São Paulo Feb. 2007. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012. Acesso em 15/08/2014.